



UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA UMA
EMPRESA COMERCIAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2021

UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

**PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA UMA
EMPRESA COMERCIAL**

Módulo de Contabilidade Aplicada

Contabilidade Avançada

Análise de Normas e Pronunciamentos Contábeis

Teoria da Contabilidade

Práticas de Sistemas Contábeis

Contabilidade Comercial

Estudantes:

KELLY DA SILVA SOUSA, RA 17001738

ROSÂNGELA M. RODRIGUES, RA 17001746

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	5
2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	5
2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	9
2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE	14
2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS	19
2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL	25
3. CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa reportará alguns fatos da contabilidade de suma importância. Tornando evidente uma proposta de um plano de contas para uma empresa comercial, que em detalhamento, será uma empresa fictícia com o nome de KR COMERCIAL LTDA. A empresa tem como nome fantasia KR MODAS E ACESSÓRIOS e está enquadrada no Lucro Presumido.

Para que possamos realizar todo o processo de análise, estudaremos e analisaremos algumas áreas da contabilidade, como: Contabilidade Avançada, Análises de Normas e Pronunciamentos Contábeis, Teoria da Contabilidade, Práticas de Sistemas Contábeis e Contabilidade Comercial.

No entanto, em contabilidade avançada, explicaremos a avaliação dos investimentos mediante o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e também sobre o processo de Consolidação das Demonstrações Contábeis. Demonstrando a importância de cada fato.

Em análises de normas e pronunciamentos contábeis, avaliaremos os ativos e passivos da empresa, descrevendo e evidenciando as contas do ativo e passivo, para melhor entendimento.

Para tanto, o pilar da contabilidade, ou seja, sua própria teoria, traz a identificação dos princípios e convenções contábeis, diferenciando um princípio contábil de uma convenção contábil com exemplos práticos e objetivos, para que torne simplificado a maneira de identificação.

As práticas de sistemas contábeis demonstrará a importância do plano de contas para a empresa, assim trazendo seu significado e exemplo de como montá-lo e analisá-lo de acordo com as normas legais da Contabilidade. Padronizando a escrituração contábil/administrativa.

Concluindo a seguinte pesquisa, aprenderemos como é feita a contabilidade comercial. Contabilizando as compras, vendas e seus respectivos impostos (ICMS e IPI). Demonstrando as operações financeiras, os descontos de duplicatas e as provisões de folha de pagamento. Nesta parte, aprenderão as contas credoras e devedoras do

Balço Patrimonial (Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido) ou contas da DRE (Receita Bruta, Deduções, Custos, Despesas Operacionais, Resultado Financeiro, Resultado Não Operacional ou Provisões de IRPJ/CSLL).

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA

O Método de Equivalência Patrimonial (MEP) está diretamente relacionado ao processo de investimento, ou seja, realiza a avaliação das participações de investimentos pelo valor equivalente sobre o Patrimônio Líquido, tomando como base o percentual investido no Capital Social da empresa.

Assim fica possível identificar que, “É por meio do MEP que se atualiza o valor contábil do investimento equivalente à participação societária da investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, bem como no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado.” (EQUIPE TOTVS, 2019).

No entanto, a avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) possui algumas regras para serem seguidas e cada uma deve obedecer a sua natureza. As quais podem ser definidas como: Lei da Sociedade Anônima, Comissão de Valores Mobiliários, Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Legislação Tributária e Banco Central do Brasil.

Segundo o Artigo 248 da Lei 6404/76:

No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I - o valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas;

II - o valor do investimento será determinado mediante a aplicação, sobre o valor de patrimônio líquido referido no número anterior, da porcentagem de participação no capital da coligada ou controlada;

III - a diferença entre o valor do investimento, de acordo com o número II, e o custo de aquisição corrigido monetariamente; somente será registrada como resultado do exercício:

- a) se decorrer de lucro ou prejuízo apurado na coligada ou controlada;
- b) se corresponder, comprovadamente, a ganhos ou perdas efetivos;
- c) no caso de companhia aberta, com observância das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º Para efeito de determinar a relevância do investimento, nos casos deste artigo, serão computados como parte do custo de aquisição os saldos de créditos da companhia contra as coligadas e controladas.

§ 2º A sociedade coligada, sempre que solicitada pela companhia, deverá elaborar e fornecer o balanço ou balancete de verificação previsto no número I. (BRASIL, 1976, Art. 248)

Para exemplificar Empresas Coligadas e Controladas, os Artigos 1097 e 1098 do Código Civil, Lei 10406/02, cita que:

Art. 1097: Consideram-se coligadas as sociedades que, em suas relações de capital, são controladas, filiadas, ou de simples participação, na forma dos artigos seguintes...

Art. 1098: Controladas.

I - a sociedade de cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores;

II - a sociedade cujo controle, referido no item antecedente, esteja em poder de outra, mediante ações ou quotas possuídas por sociedades ou sociedades por esta já controladas. (BRASIL, 2002, Artigos 1097 e 1098)

Para total conhecimento, também há a Consolidação das Demonstrações Contábeis que está relacionada às empresas que estabelecessem Controladas em seus investimentos.

É uma formalidade e obrigatoriedade que todas as Sociedades Anônimas (capital fechado ou aberto) devem seguir, de acordo com a CPC 36 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), o qual deve ser seguido por todos na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações consolidadas têm o seguinte significado, diante Alves (2018);

As demonstrações consolidadas representam as demonstrações contábeis da união do patrimônio de um grupo econômico de empresas, demonstradas como se fossem uma única entidade. Portanto, se você possuir uma empresa investidora que tenha participação no capital de uma empresa investida, elas terão sua vida econômica e financeira de forma individual. No entanto, ocorrerá a união do patrimônio líquido dessas empresas que pertencem ao mesmo grupo na consolidação, assim representando um grupo econômico. (ALVES, 2018, p. 03)

O verdadeiro intuito da elaboração da Consolidação das Demonstrações Contábeis é aprimorar as informações contábeis. Segundo Alves (2018), com a utilização da consolidação das demonstrações contábeis fica evidente e simplificado verificar os seguintes resultados da organização:

- Os índices de liquidez e endividamento pelo grupo;
- Os índices de lucratividade especificados por empresa e também na totalidade;
- A capacidade de geração de recursos pelo grupo;
- Todos os índices aplicáveis à empresa controladora e às controladas, que podem ser acompanhados e comparados com os índices consolidados. (ALVES, 2018, p. 03)

Ainda segundo Alves (2018), a CMV (Comissão de Valores Mobiliários), juntamente com a Instrução 247/96, estabeleceu que:

- A empresa coligada e controlada deverá ter seu patrimônio líquido definido com embasamento nas demonstrações contábeis levantadas no mesmo período das demonstrações contábeis da empresa investida;
- Se houver dificuldades relativas ao cumprimento do que é estabelecido no artigo 10 dessa instrução, poderão ser utilizadas as demonstrações contábeis da empresa coligada e da empresa controlada por um período máximo estabelecido de 60 dias que antecederem a data das demonstrações contábeis da empresa investidora;
- Com relação à data de abrangência das demonstrações contábeis das empresas coligada e controlada, deverá ser obrigatoriamente a mesma da empresa investidora, desconsiderando as datas em que foram encerradas;
- Existe a possibilidade da admissão de períodos que não sejam iguais, na ocorrência em que for apresentada melhoria com relação à qualidade das informações prestadas, que deverão estar apresentadas por meio de notas explicativas.
- As demonstrações contábeis individuais deverão ter seu encerramento na mesma data das demonstrações contábeis consolidadas, podendo ocorrer diferença de até 60 dias nas datas não idênticas. No entanto, deve ser observada a melhoria da informação, conforme você aprendeu anteriormente. (ALVES, 2018, p. 04 e 05)

O processo de consolidação é realizado, conforme as regras impostas, e deve seguir um parâmetro de quatro demonstrações contábeis. Para tanto, o passo a passo descrito por Alves (2018) é o seguinte:

São quatro demonstrações que devem ser consolidadas. Primeiramente, você deve consolidar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), realizando as somas e devidas eliminações dos saldos das contas entre todas as demonstrações das empresas do grupo. Para o balanço patrimonial da empresa, você deve realizar o mesmo procedimento. Nele, deve envolver todas as empresas do grupo e, posteriormente, realizar a consolidação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e do valor adicionado. Você deve saber que, para a consolidação da DVA e do DFC, é melhor realizar posteriormente a consolidação do balanço patrimonial e do DRE. Dessa forma, você vai consolidá-las por meio da consolidação do grupo todo, não precisando realizar o processo pelas diversas DFCs e DVAs das empresas. (ALVES, 2018, p. 06)

2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As regras da contabilidade exige e referência alguns termos que nós, contadores, devemos seguir de maneira íntegra e benevolente. Tratando os assuntos do dia a dia com muita intensidade e respeito, tornando cada dado contábil um apreço para melhorias e desenvolvimento eficaz.

A contabilidade veio para tornar os dados contábeis em objetivos e de fácil entendimento. Assim, usuários dos dados contábeis que não estão muito familiarizados com a contabilidade, podem interpretá-los e compreendê-los.

Alguns pronunciamentos estão relacionados ao Ativo e Passivo da organização. Os quais são de extrema importância para análise de todos os envolvidos da administração contábil.

O pronunciamento de ativo pode ser definido da seguinte maneira, segundo Reis (2017):

Ativo é um termo usado para expressar os bens de uma empresa, logo, é o capital com valor econômico da empresa que irá ajudar a companhia a crescer no futuro. Ainda, os ativos são mencionados no balanço patrimonial e são uma das fontes principais para gerar dinheiro e melhorar a venda do empreendimento. (REIS, 2017)

No entanto, o ativo pode ser classificado de duas formas: como Ativo Circulante (até 12 meses) e como Ativo Não Circulante (acima de 12 meses).

O Ativo Circulante tem como principais contas: Disponibilidades (maior índice de liquidez), Contas a Receber ou Recuperar (direito de recebimento em até 12 meses), Estoques (materiais/insumos/produtos comprados), Despesas Antecipadas (pagamentos de dívidas antecipadas). E tem como definição, segundo Bachtold (2011):

São classificadas neste grupo as contas que devem circular (girar) no máximo até o próximo exercício social. Ou seja, tem uma rotação rápida e devem se transformar em dinheiro até o final do exercício subsequente. As contas do

ativo circulante compõem o que chamamos de capital circulante e ainda de capital de giro. (BACHTOLD, 2011, p. 193 e 194)

Um exemplo prático de ativo circulante foi o recebimento que a empresa KR Comercial Ltda recebeu no dia 30/01/2021 de uma venda no valor de R\$ 779,00. O qual foi pago à vista (dinheiro) e diretamente composto ao caixa da empresa. O lançamento contábil da venda ficou:

D= Caixa R\$ 779,00

C= Vendas à vista R\$ 779,00

Outro pronunciamento muito importante é o Ativo Não Circulante, o qual, segundo Bachtold (2011), é correspondente a:

São classificadas neste grupo as contas que não estão programadas para circular (girar) até o final do próximo exercício. Ou seja, tem uma rotação lenta e não fazem parte da programação financeira de recebimento para o próximo exercício. (BACHTOLD, 2011, p. 194)

Exemplo de Ativo Não Circulante da empresa KR Comercial Ltda é aplicação de investimentos que fez em outra empresa, que começará a dar resultados a partir de 12 meses e, também, a patente que fez em relação a um produto exclusivo da empresa, tornando-se marca registrada da própria empresa.

O Ativo será reconhecido de acordo como Alves (2018) exemplifica:

O reconhecimento, na contabilidade, refere-se a uma característica mais ampla que a contabilização. O método de escriturar ou contabilizar é essencial para a contabilidade, no entanto, está ligado ao sistema de débito e crédito, que atualmente são realizados de forma automática e integrada em função dos sistemas informatizados. Já o reconhecimento de um objeto ou de um fato compreende um trabalho mais refinado e técnico realizado pelos profissionais. Critérios de avaliação de ativo 107 de contabilidade, sendo necessário o domínio dos conceitos e fundamentos das teorias contábeis. [...] Cabe ressaltar que, para efetuar a mensuração, é preciso escolher o atributo que será mensurado. Tais atributos podem incluir a quantidade de moeda que será recebida e o prazo de recebimento. Quanto aos atributos de instalações de equipamentos, estes podem incluir a capacidade física de produção, o gasto com recursos no momento da aquisição ou os recursos necessários para substituir os ativos (ALVES, 2018, p. 107 e 108)

A base de avaliação do ativo é a seguinte:

Quadro 1. Bases da avaliação.

	Valores de entrada	Valores de saída
Passados	Custo histórico	Preços de vendas passadas
Correntes	Custos de reposição	Preço de corrente de venda
Futuros	Custos esperados	Valor realizável esperado

Fonte: Luz (2015, p. 136).

CUSTO HISTÓRICO:

Representa o valor original das transações, quando a organização pagou efetivamente por algum ativo. Exemplo: se a empresa adquirir um automóvel no valor de R\$30.000,00, esse valor será o custo histórico desse ativo.

CUSTO CORRENTE (REPOSIÇÃO):

É o valor pago na data das demonstrações contábeis se o bem for adquirido na mesma data.

VALOR REALIZÁVEL:

É o custo praticado efetivamente pela empresa caso ela deseje realizar uma transação no momento da demonstração contábil.

Contudo, também há o pronunciamento do passivo, que está relacionado às obrigações da empresa, ou seja:

No passivo, são registradas as obrigações da empresa com terceiros, tecnicamente chamada de exigibilidades e também o patrimônio líquido, que é a obrigação da empresa com os seus sócios. Assim, no jargão técnico Exigível Total ou Exigibilidades é a soma das obrigações da empresa, incluindo aqui as dívidas de curto e de longo prazo. Recomenda-se que a classificação siga a ordem decrescente do grau de exigibilidade. (BACHTOLD, 2011, p. 199)

No Passivo Circulante é retratada as dívidas que deverão ser pagas até o próximo exercício, ou seja, dentro de 12 meses. As sócias da empresa KR perceberam que o movimento da loja aumentou e resolveram contratar uma funcionária para ajudá-las. Assim, todos os meses elas devem realizar o pagamento das obrigações trabalhistas de suas funcionárias, como exemplo: INSS, FGTS, Contribuição Assistencial, Salário, etc.

Veja abaixo o lançamento contábil do pagamento do salário líquido desta funcionária:

D= Salários e Ordenados a pagar R\$ 1.5000,00

C= INSS a recolher R\$ 120,00

C= Banco R\$ 1.380,00

Para tanto, Bachtold (2011) revela o passivo não circulante como:

Passivo Exigível a Longo Prazo – São contas de obrigações e só diferem do Passivo Circulante pelo prazo de pagamento. Com o passar do tempo as contas do exigível a longo prazo passam para o passivo circulante. Isto porque estas obrigações passam a ser exigíveis até o final do próximo exercício. Tal transição não acontecerá somente se o pagamento for feito enquanto a dívida for de longo prazo, antecipando o pagamento. Exemplo: Financiamentos, Empréstimos, Adiantamentos, Contas a Pagar, Fornecedores, Imóveis a Pagar, Títulos a Pagar, enfim todas as obrigações de longo prazo. (BACHTOLD, 2011, p. 200)

Exemplo: A organização KR Comercial Ltda realizou a compra de produtos para revenda no valor de R\$10.900,00 no dia 04/01/2021. Na hora do pagamento, a sócia optou por fazer o parcelamento da fatura, assim realizando os pagamentos em 20 parcelas iguais.

- O lançamento contábil da compra será:

04/01/2021:

D= Mercadorias para revenda R\$10.900,00

C= Fornecedores a pagar R\$ 10.900,00

- O lançamento contábil do pagamento será:

04/02/2021

D= Fornecedores a pagar R\$ 545,00 (Primeira Parcela)

C= Banco R\$ 545,00

Para realizar a avaliação de um passivo, é preciso realizar ajuste ao valor presente, ele contabiliza todo o capital de terceiros utilizado em uma empresa, tanto para adquirir um novo recurso ou para aumentar a produção, seja um montante em dinheiro para impulsionar o capital de giro. É através do passivo que podemos apresentar todas as obrigações financeiras de um negócio com pessoas físicas, jurídicas e até com o governo.

Lei nº 6404/1976 cita o critério de mensuração do passivo da seguinte maneira:

Critérios de avaliação do passivo:

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

I — as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive imposto sobre a renda a pagar, com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;

II — as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;

III — as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009) (BRASIL, 1976).

2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE

A teoria da contabilidade retrata alguns princípios e convenções contábeis muito importantes para os profissionais contábeis seguirem no dia a dia. Os quais proporcionam a base para todo trabalho contábil e devem ser seguidos de maneira íntegra.

Quando falamos em principais princípios da contabilidade, pensamos nas regras e diretrizes do trabalho contábil que são definidas por entidades de classe, comitês, comissões especiais e órgãos reguladores (IBRACON E CFC), assim, segundo Alves (2017);

Princípios contábeis são regras e diretrizes da contabilidade que são aplicáveis e aceitas por todos os profissionais e entidades que atuam na área. Esse conjunto de regras orienta a prática contábil e estabelece a estrutura conceitual da contabilidade. (Alves, 2017, p. 02)

No entanto, esses princípios podem ser definidos aqui no Brasil como: Princípio da Entidade, Princípio da Continuidade, Princípio da Oportunidade, Princípio do Registro Pelo Valor Original, Princípio da Competência e Princípio da Prudência. Eles são definidos pela Resolução nº 750 do Conselho Federal de Contabilidade (1993) como:

PRINCÍPIO DA ENTIDADE:

Art. 4º O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. Parágrafo único. O Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova Entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. (RESOLUÇÃO CFC, 1993)

PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE:

Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos

componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (RESOLUÇÃO CFC, 1993))

PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE:

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (RESOLUÇÃO CFC, 1993)

PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL:

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. § 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas: I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; II – Variação do custo histórico. Uma vez integrados ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores: a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis; b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade; c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade; d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais. § 2º São resultantes da adoção da atualização monetária: I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo; II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações

originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (RESOLUÇÃO CFC, 1993)

PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA:

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (RESOLUÇÃO CFC, 1993)

PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA:

Art. 10. O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. (RESOLUÇÃO CFC, 1993)

As convenções contábeis são um complemento dos princípios contábeis, ou seja, os princípios contábeis servem com base nas convenções contábeis, e tem como significado ser objetivo, restrito, adequado e indicativo para conduta do profissional contábil.

Para tanto, o site Só Contabilidade (2021) expõe:

Sendo assim, as convenções contábeis têm por objetivo limitar ou restringir a abrangência dos Princípios Contábeis, definindo com maior precisão e clareza o seu alcance e significado. Elas representam o complemento dos Princípios e Postulados, no sentido de delimitar conceitos, atribuições e direções a serem seguidas no registro das operações facilitando o trabalho do contador. (SÓ CONTABILIDADE, 2021)

Essas convenções podem ser classificadas em quatro categorias como, segundo Alves (2017):

A convenção da **objetividade** estabelece que o profissional contábil deverá sempre escolher o procedimento mais adequado, portanto, o mais objetivo, ao descrever um evento que impacte diretamente no patrimônio da entidade. Segundo essa convenção, o contador deverá sempre ser objetivo em suas escolhas. [...]

A **consistência** é também uma das convenções contábeis de grande importância. Alguns autores chegam a afirmar que ela poderia ser até considerada como um princípio contábil [...] Essa convenção, portanto, é muito importante para realizar análises entre entidades de um mesmo setor, ou ainda para analisar os resultados de uma mesma entidade em períodos distintos [...]

Uma das características qualitativas fundamentais da contabilidade e que também consta no CPC 00 é a **materialidade**. Ela está relacionada diretamente com o não desperdício de recursos, sejam eles financeiros, sejam de tempo, na realização da contabilização das atividades da entidade. Em uma situação em que houver inúmeros eventos a serem registrados, o profissional contábil deverá privilegiar os lançamentos que sejam dignos de atenção. [...]

A última convenção contábil refere-se ao **conservadorismo**, que, por sua vez, tem forte ligação com o princípio da prudência [...] O conservadorismo é de grande importância, pois a partir de sua adoção, os acionistas das entidades não sofrerão de otimismo exagerados, o que pode ocasionar tomadas de decisões erradas e impactar diretamente a gestão da entidade. (ALVES, 2017, p. 14-16)

Um exemplo prático do dia a dia da empresa KR Comercial Ltda é o Princípio da Competência. Em 15 de janeiro de 2020, a empresa realizou uma grande compra e optou pelo pagamento à prazo, o qual assinou uma promissória para pagamento em 15 de fevereiro de 2021. O lançamento contábil da compra feito por KR Comercial Ltda foi:

Data: 15/01/2021

D= Ativo Imobilizado de Imóveis R\$ 55.000,00

C= Fornecedores R\$ 55.000,00

Observando o lançamento, identificamos que o princípio da competência se manteve pelo fato do lançamento ser realizado na data da venda e não do pagamento.

Contudo, a organização pediu para que os profissionais da contabilidade avaliassem este bem para registrá-lo. Eles tinham duas opções de avaliação: por meio do contrato de compra e venda ou por meio de um especialista. A área contábil utilizou a convenção da objetividade e esclareceu que a avaliação pelo contrato era mais simplificada e objetiva.

2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS

O plano de contas é um conjunto de todas as contas que representam os eventos e movimentações previstas como necessárias aos registros contábeis de uma entidade. É essencial para o registro das operações da organização, em que se pode montar toda a estrutura contábil que servirá de base para o registro dos fatos ocorridos. Por isso sua importância nas empresas, pois sem um plano de contas, não se pode, nem mesmo, dar início aos lançamentos contábeis.

É através do plano de contas que podemos identificar as contas da empresa através de códigos e classificações para todos os registros de entradas e saídas, são essenciais para que os responsáveis pela contabilidade sejam capazes de elaborar os relatórios financeiros obrigatórios, como o Balanço Patrimonial e o DRE.

Os contadores devem ter um planejamento quanto à estruturação do plano de contas, de maneira que possa auxiliar na mensuração do patrimônio. Ele deve ser elaborado considerando o objetivo de cada empresa, características operacionais do seu ramo ou setor de atividade, sempre de acordo com os princípios da Contabilidade.

De acordo com a lei das sociedades por ações, as contas são divididas em dois grupos:

- Contas Patrimoniais: que evidenciam todos os lançamentos de direitos e os passivos, indicando a existência das obrigações e do patrimônio líquido da instituição. Tal Patrimônio Líquido é formado pelo capital social, reservas de lucro e prejuízos acumulados.
- Contas de Resultado: representam as receitas e despesas de uma empresa e servem para mostrar o lucro ou prejuízo em um determinado período.

Para seguir os princípios contábeis a estruturação do plano de contas deve obedecer três regras:

1. Manual de contas: listar informações detalhadas sobre as contas contábeis para que os contadores possam registrar corretamente atos e fatos administrativos.

2. Modelos padronizados de Demonstrações Contábeis: tem o objetivo de registrar de forma objetiva e clara a situação patrimonial da empresa.
3. Elenco de Contas: grupo de contas utilizadas para registros de atos e fatos administrativos, influenciando no gerenciamento do patrimônio da empresa.

Para que se possa ter clareza nas informações contidas nos relatórios contábeis, as contas devem ser agrupadas de acordo com a estrutura relacionada na Lei nº 6.404/1976.

As contas que pertencem ao grupo de contas são: Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante e Patrimônio líquido.

As contas do ativo representam bens que fazem parte do patrimônio da empresa, como empréstimos, créditos e investimentos. Considerando também a sede da empresa como um ativo, pois contribui para o patrimônio empresarial. Os passivos representam as contas devedoras da empresa, suas obrigações e compromissos, pagamentos de terceiros como fornecedores de materiais e empréstimos financeiros. O patrimônio líquido é a diferença entre o Ativo e o Passivo, representa o resultado do patrimônio da empresa em determinado momento.

O principal objetivo das contas é possibilitar o registro dos lançamentos contábeis e criar condições ótimas de classificação e acumulação dos dados. Cada plano deve ser analisado isoladamente, levando a marca da direção da empresa a que pertence; ele está identificado particularmente pelos problemas especiais da empresa e pela filosofia do trabalho por ela adotada. Assim acontece nos grupos industriais, comerciais, agro, de transportes, comunicações, entidades de finalidades não lucrativas, entidades governamentais, etc.

Para elaborar o plano de contas da empresa deve-se considerar algumas características, como: tamanho da empresa e ramo de atividade.

Exemplo de Plano de Contas:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	ATIVO
1.1.1	Ativo circulante
1.1.1.01	Caixa Geral
1.1.2	Bancos c/ movimento
1.1.3	Contas a receber
1.1.3.01	Clientes
1.1.3.02	Outras contas a receber
1.1.3.03	(-) Duplicatas descontadas
1.1.4	Estoques
1.1.4.01	Mercadorias
1.1.4.02	Produtos acabados
1.1.4.03	Insumos
1.1.4.04	Outros
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.2.1	Contas a receber
1.2.1.01	Clientes
1.2.1.02	Outras contas
1.2.2	INVESTIMENTOS
1.2.2.01	Participação societária
1.2.3	IMOBILIZADO
1.2.3.01	Terrenos
1.2.3.02	Construções e benfeitorias
1.2.3.03	Máquinas e ferramentas
1.2.3.04	Veículos
1.2.3.05	Móveis

1.2.3.98	(-) Depreciação acumulada
1.2.3.99	(-) Amortização Acumulada
1.2.4	INTANGÍVEL
1.2.4.01	Marcas
1.2.4.02	Softwares
1.2.4.99	(-) Amortização acumulada
2	PASSIVO
2.1	Passivo Circulante
2.1.1	Impostos e contribuições a recolher
2.1.1.01	Simples a recolher
2.1.1.02	INSS
2.1.1.03	FGTS
2.1.2	Contas a pagar
2.1.2.01	Fornecedores
2.1.2.02	Outras contas
2.1.3	Empréstimos bancários
2.2	NÃO CIRCULANTE
2.2.1	Empréstimos bancários
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.1	Capital social
2.3.2.01	Capital social subscrito
2.3.2.02	Capital social a realizar
2.3.2	Reservas
2.3.2.01	Reservas de capital
2.3.2.02	Reservas de lucros
2.3.3	Prejuízos acumulados

3	CUSTOS E DESPESAS
3.1	Custos dos produtos vendidos
3.1.1	Custos dos materiais
3.1.1.01	Custos dos materiais aplicados
3.1.2	Custos de mão de obra
3.1.2.01	Salários
3.2	Custos das mercadorias vendidas
3.2.1	Custos das mercadorias
3.2.1.01	Custos das mercadorias vendidas
3.3	Custos de serviços prestados
3.3.1	Custos dos serviços
3.3.1.01	Materiais aplicados
3.3.1.02	Mão de obra
3.3.1.03	Encargos sociais
3.4	Despesas Operacionais
3.4.1	Despesas Gerais
3.4.1.01	Mão de obra
3.4.1.02	Encargos sociais
3.5	Perdas de capital
3.5.1	Baixa de bens do ativo não circulante
3.5.1.01	Custos de alienação de investimentos
3.5.1.02	Custos de alienação do imobilizado
4	RECEITAS
4.1	Receita líquida
4.1.1	Receita bruta de vendas
4.1.1.01	Receita de mercadorias

4.1.1.02	Receita de produtos
4.1.1.03	Receita de serviços prestados
4.1.2	Deduções da Receita bruta
4.1.2.01	Devoluções
4.2	Outras Receitas operacionais
4.2.1	Vendas de Ativos não circulantes
4.2.1.01	Receitas de alienação de investimentos
4.2.1.02	Receitas de alienação do imobilizado

Os centros de custos são constituídos por vários setores de uma empresa, sendo cada um deles com uma parcela de responsabilidades operacionais, financeiras e econômicas. Todos setores juntos representam a empresa inteira, mas cada um possui independência quando comparado com o outro, podem ser considerados maneiras eficientes de agrupar receitas e despesas, propiciando um melhor conhecimento e análise das partes do negócio. Desta forma facilita a apuração do resultado individual de cada setor, exemplo:

- Administrativo
- Recursos Humanos
- Desenvolvimento do produto
- Marketing
- Vendas
- Suporte
- Centro de serviços compartilhados

Manter o Centro de Custos é importante para a empresa e pode trazer benefício imediato.

2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL

O estudo da contabilidade comercial é muito importante para o contador, pois fornece informações fundamentais em relação a empresa geral, se tem visão ampla de seus bens, direitos e obrigações, bem como sua tributação. Pode também identificar aspectos positivos e negativos do Patrimônio, conduzindo as decisões a serem tomadas dentro da empresa.

Todas as movimentações referentes ao patrimônio de uma empresa são registradas pela contabilidade comercial, que fica responsável de sintetizar os dados registrados em forma de relatórios e entregar aos interessados em conhecer a situação da empresa.

A empresa KR Comercial Ltda está enquadrada no lucro presumido, possui duas sócias proprietárias com nome Kelly Sousa e Rosângela Rodrigues. Esta empresa também possui um funcionário, o qual é registrado em CTPS com o salário de R\$1.500,00 bruto. As sócias possuem Pro-labore de um salário mínimo cada uma.

Na folha de pagamento pode constar outros valores além do salário do funcionário, que são: férias, 13º salário, INSS e IRRF descontados do salário, aviso prévio, valor do desconto relativo ao vale transporte e as refeições e o valor do FGTS incidente sobre os salários.

Segue abaixo provisão mensal da folha de pagamento do funcionário desta empresa:

ENCARGOS APROVISIONAMENTOS MENSAIS	
------------------------------------	--

SALÁRIO	R\$1.500,00
1/12 FÉRIAS +1/3	R\$166,67
1/12 DE 13º SALÁRIO	R\$125,00

50% DE MULTA FGTS	R\$60,00
AVISO PRÉVIO	R\$125,00
FGTS SOBRE 13º SALÁRIO	R\$10,00
MULTA DE 50% DO FGTS SOBRE 13º SALÁRIO	R\$5,00
FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO	R\$10,00
MULTA DE 50% SOBRE AVISO PRÉVIO	R\$5,00
FGTS SOBRE FÉRIAS + 1/3	R\$13,33
MULTA DE 50% DO FGTS + 1/3	R\$6,67
TOTAL APROVISIONAMENTO MENSAL	R\$526,67

Sabendo que a empresa KR Modas e Acessórios realizou uma compra de um terreno à prazo em 15/01/2021 no valor de R\$55.000,00. O pagamento integral do mesmo foi efetuado no dia 15/02/2021.

Para oferecer os melhores produtos a seus clientes, a empresa também realizou uma compra de mercadorias para revenda no dia 04/01/2021 no valor de R\$10.900,00. Contudo, optou pelo pagamento à prazo em 20 parcelas iguais, a qual ficará R\$ 545,00 mensalmente.

No entanto, com a grande procura desses produtos de moda e acessórios, os clientes fizeram muitas compras. As quais podemos identificar a seguir:

06/01/2021: R\$ 1000,00 (à vista)

07/01/2021: R\$ 500,00 (parcelado em 2x)

08/01/2021: R\$ 710,00 (à vista)

11/01/2021: R\$ 2500,00 (parcelado em 5x)

13/01/2021: R\$ 1200,00 (à vista)

15/01/2021: R\$ 980,00 (à vista)

18/01/2021: R\$ 774,00 (parcelado em 2x)

20/01/2021: R\$ 990,00 (parcelado em 3x)

22/01/2021: R\$ 1600,00 (parcelado em 4x)

25/01/2021: R\$2000,00 (à vista)

26/01/2021: R\$ 3000,00 (parcelado em 6x)

27/01/2021: R\$ 1900,00 (à vista)

28/01/2021: R\$ 850,00 (à vista)

29/01/2021: R\$ 4800,00 (parcelado em 6x)

30/01/2021: R\$ 779,00 (à vista)

As vendas foram totalizadas em R\$23.583,00 no mês de janeiro de 2021.

Dentre as obrigações da entidade se destaca o recolhimento do ICMS ao seu estado de origem, é um imposto não cumulativo que incide sobre produtos de vários tipos e se aplica tanto em comercialização dentro do País quanto em bens importados. Para calculá-lo é necessário saber qual alíquota é praticada no estado em que a empresa atua, utilizando a seguinte fórmula:

Preço do Produto X Alíquota do Estado = Valor do ICMS

Se a empresa atuar em outros estados é preciso estar atenta às diferenças das tarifas cobradas em uma localidade e outra. Sendo uma das principais fontes de arrecadação do estado, o ICMS incide em quase todas operações. É incidido da seguinte forma: vendas e transferências de produtos; transporte entre municípios, ou estado brasileiros, sendo de bens, pessoas e valores; importação de mercadorias, mesmo que seja para o consumo próprio e não com o objetivo de revenda; serviços prestados no exterior.

No Estado de São Paulo, a alíquota de ICMS é de 18%, mas em outros Estados essa porcentagem pode variar, como exemplo a alíquota de Minas Gerais que é 12%. O não pagamento desse imposto é reconhecido como crime de apropriação indébita

tributária e os responsáveis pela empresa poderão ser processados. Para evitar problemas fiscais é importante cumprir o pagamento..

Conforme a compra de mercadorias no valor de R\$10.900,00 no dia 04/01/2021, a empresa obteve um ICMS a recuperar no valor de R\$1.308,00. Portanto, quando efetuou as vendas no mês de janeiro, teve um abatimento de ICMS. Assim ficou:

Vendas 01/2021: R\$ 23.583,00

ICMS 18%: $4.244,94 - 1308,00 = 3936,94$

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é um tributo de caráter Federal, que incide nas mercadorias que passaram por algum processo de transformação ou beneficiamento. Seus percentuais e alíquotas são variáveis e seu objetivo é fiscal, sendo cobrado inclusive de mercadorias importadas, incidindo também sobre serviços como telecomunicações, transportes, importação de serviços, entradas de mercadorias de outros estados.

A empresa é optante pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido e tem como forma de apuração o imposto trimestral com base no Lucro Presumido, ou seja, sobre a partir da receita bruta do estabelecimento, através de vendas e serviços prestados. Tem como determinação o Imposto de Renda – IRPJ 15% e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL das pessoas jurídicas, é aplicado uma base de cálculo que corresponde a 12% da receita bruta na atividade que a empresa se enquadra. Além desses tributos, também recolhem um percentual de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS).

A opção pelo Lucro Presumido é efetuada com a quitação da primeira ou única quota do imposto devido no primeiro trimestre do ano civil ou no início de sua atividade.

O desconto de duplicatas é uma operação financeira e com ele o cliente recebe com antecipação os recursos de uma venda realizada a prazo. Os valores descontados são registrados numa conta redutora do ativo circulante, logo após a conta duplicatas a

receber, e leva então o nome de duplicatas descontadas, tendo saldo credor. Como se tratam de despesas antecipadas, os encargos financeiros debitados pela instituição financeira devem ser contabilizados como encargos financeiros a transcorrer, ser debitadas por ocasião do desconto e creditadas no momento em que a despesa é incorrida, observando o regime de competência.

Abaixo segue a demonstração da contabilização dos eventos da organização KR MODAS E ACESSÓRIOS referente ao mês de Janeiro/2021 e a classificação das contas que é utilizada para organizar os registros, dando nome a cada movimentação. Para que seja realizada corretamente é preciso entender a definição das contas e as operações contábeis que serão registradas.

DATA: 05/02/2021 DESCRIÇÃO: Pagamento de salário referente mês 01/2021

D= Salários e Ordenados a pagar R\$ 1380,00 (PASSIVO CIRCULANTE)

C= Caixa R\$ 1380,00 (ATIVO CIRCULANTE)

DATA: 05/02/2021 DESCRIÇÃO: Pagamento de Pró-Labore referente mês 01/2021

D= Pró-Labore a pagar R\$ 2200,00 (PASSIVO CIRCULANTE)

C= Caixa R\$ 2200,00 (ATIVO CIRCULANTE)

DATA: 07/02/2021 DESCRIÇÃO: Pagamento de FGTS referente mês 01/2021

D= FGTS a recolher R\$ 120,00 (PASSIVO CIRCULANTE)

C= Caixa R\$ 120,00 (ATIVO CIRCULANTE)

DATA: 20/02/2021 DESCRIÇÃO: Pagamento de INSS referente mês 01/2021

D= INSS a recolher R\$ 362,00 (PASSIVO CIRCULANTE)

C= Caixa R\$ 362,00 (ATIVO CIRCULANTE)

DATA: 15/02/2021 DESCRIÇÃO: Pagamento de Ativo Imobilizado compra feita em 01/2021

D= Fornecedores a pagar R\$ 55.000,00 (PASSIVO CIRCULANTE)

C= Banco R\$ 55.000,00 (ATIVO CIRCULANTE)

DATA: 04/01/2021 DESCRIÇÃO: Compra de mercadorias à prazo (20 parcelas)

D= Mercadorias para revenda R\$ 9.592,00 (ATIVO CIRCULANTE)

D= ICMS a recuperar R\$ 1.308,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Fornecedores a pagar R\$ 6540,00 (PASSIVO CIRCULANTE)

C= Fornecedores a pagar R\$ 4360,00 (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

DATA: 31/01/2021 DESCRIÇÃO: ICMS a recolher mês 01/2021

D= ICMS sobre vendas R\$ 3936,94 (Despesa Operacionais DRE)

C= ICMS a recolher R\$ 3936,94 (PASSIVO CIRCULANTE)

DATA: 06/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à vista

D= Caixa R\$ 1.000,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 1.000,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 07/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à prazo (2x)

D= Clientes a receber R\$ 500,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 500,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 08/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à vista

D= Caixa R\$ 710,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 710,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 11/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à prazo (5x)

D= Clientes a receber R\$ 2.500,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 2.500,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 13/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à vista

D= Caixa R\$1200,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 1200,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 15/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à vista

D= Caixa R\$ 980,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$980,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 18/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à prazo (2x)

D= Clientes a receber R\$ 774,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 774,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 20/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à prazo (3x)

D= Clientes a receber R\$ 990,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 990,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 22/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à prazo (4x)

D= Clientes a receber R\$ 1600,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 1600,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 25/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à vista

D= Caixa R\$ 2.000,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 2.000,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 26/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à prazo (6x)

D= Clientes a receber R\$ 3000,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 3000,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 27/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à vista

D= Caixa R\$ 1900,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 1900,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 28/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à vista

D= Caixa R\$ 850,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 850,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 29/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à prazo (6x)

D= Clientes a receber R\$ 4.800,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 4.800,00 (RECEITA BRUTA DRE)

DATA: 30/01/2021 DESCRIÇÃO: Venda à vista

D= Caixa R\$ 779,00 (ATIVO CIRCULANTE)

C= Venda R\$ 779,00 (RECEITA BRUTA DRE)

3. CONCLUSÃO

Para alcançar os objetivos deste trabalho foi necessário efetuar pesquisas bibliográficas a respeito do assunto abordado e foi importante para averiguar o que determina a contabilidade. Através da Teoria da Contabilidade, tivemos base para elaborar todo o trabalho de acordo com as regras e normas.

Entendemos a importância do envolvimento de todos os setores da empresa para a elaboração da estrutura do plano de contas, partindo da contabilidade avançada que nos forneceu conhecimento necessário a compreensão e leitura das Demonstrações Financeiras. Através das Normas contábeis, podemos identificar maior transparência e comparabilidade no relatório financeiro, através das avaliações do Ativo e Passivo.

Durante a pesquisa enfrentamos dificuldades ao elaborar a classificação de contas e observamos que, para gerenciar um empreendimento é de suma importância entender os conceitos da contabilidade, estudar o patrimônio e suas movimentações e transformações através de análises e pesquisas. Para obter êxito, devemos sempre analisar as atividades contábeis, o patrimônio das empresas comerciais bem como suas obrigações tributárias. Com a elaboração do plano de contas, podemos obter uma visão integrada de todas as partes da empresa. Por isso é importante elaborar um plano de contas bem estruturado, afinal é através dele que organizamos e categorizamos as informações econômico – financeiras da empresa e estabelecemos padrões para o registro das operações.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. Consolidação das Demonstrações Contábeis. Grupo A, 2018.

ALVES, A. Teoria da Contabilidade. Grupo A, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022805/>>. Acesso em: 11/05/2021

BACHTOLD, C. Contabilidade Básica. Instituto Federal. Curitiba: 2011.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm> Acesso em: 03/05/2021.

Canella. Cálculo de IPI. Disponível em: <<https://canellaesantos.com/icms-e-ipi-o-que-sao-quais-sao-as-diferencas/>> Acesso em 15/05/2021.

Centro de custos. Disponível em: <<https://blog.keruak.com.br/centro-de-custo/>> Acesso em: 05/05/2021.

Como elaborar um plano de contas. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/planodecontas.htm>> Acesso em 03/05/2021.

Conselho Federal da Contabilidade. Resolução nº 750: Princípios Contábeis. 1993. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/res_750.pdf> Acesso em: 11/05/2021.

Contabilidade Comercial. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1507/Contabilidade_Comercial_CONTABILIDADE-IFSUL.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 11/05/2021.

Contabilização de ICMS. Disponível em:
 <https://estudantecontabil.wordpress.com/2013/05/15/contabilizacaodeicms_contabilida-de-empresarial/> Acesso em 11/05/2021.

Convenções Contábeis. Só Contabilidade. Virtuuous Tecnologia da Informação, 2007-2021. Disponível em
 <<http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/convencoes.php>> Acessado em: 13/05/2021.

Entenda Mais Sobre o Método de Equivalência Patrimonial. Disponível em:
 <<https://www.totvs.com/blog/negocios/metodo-equivalencia-patrimonial/#:~:text=O%20M%C3%A9todo%20de%20Equival%C3%Aancia%20Patrimonial,patrim%C3%B4nio%20%C3%ADquido%20de%20uma%20empresa.>> Acesso em: 03/05/2021.

Lei nº 6.404/1976. Disponível em:
 <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm > Acesso em 03/05/2021.

Lucro Presumido. Disponível em:
 <<https://blog.nubank.com.br/entenda-o-que-e-lucro-presumido-e-como-ele-funciona/>>. Acesso em 18/05/2021.

Portal de Auditoria. Operação Duplicata. Disponível em:
 <<https://portaldeauditoria.com.br/contabilizacao-de-desconto-de-duplicatas/>>. Acesso em 15/05/2021

Portal de Contabilidade. Descontos Duplicatas. Disponível em:
 <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/descontoduplicatas.htm>>. Acesso em 15/05/2021.

Portal de Contabilidade. Incidência de ICMS e IPI. Disponível em:
 <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/tributosvendas.htm>> Acesso em 15/05/2021,

Plano de Contas. disponível em: <<https://blog.bomcontrole.com.br/planos-de-contas/>> Acesso em 04/05/2021.

REIS, T. Ativo: Definição bastante expressiva numa leitura de balanço empresarial. 2017. Disponível em <<https://www.suno.com.br/artigos/ativo/>> Acesso em 06/05/2021.

Sociedades Coligadas. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/guia/sociedades-coligadas.htm>> Acesso em: 03/05/2021.

Tipos de Centro de custos. Disponível em: <<https://blog.omie.com.br/blog/o-que-e-quais-sao-o-tipos-de-centro-de-custo-de-um-a-empresa>> Acesso em 10/05/2021.